

# **A CRIANÇA E A CIDADE: UMA REFLEXÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO ESPAÇO QUE EDUCA**

*THE CHILD AND THE CITY: A REFLECTION TOWARDS THE IMPORTANCE OF THE PLACE THAT EDUCATES*

**BRITTO, Pedro**

Graduando em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco e cofundador do Massapê, e-mail: pedro@massape.org

**SILVA, Lucas**

Graduando em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco e cofundador do Massapê, e-mail: lucas@massape.org

## **RESUMO**

Partindo da prerrogativa de que a criança é um sujeito pleno de direitos e escolhas, o presente texto busca contribuir na reflexão acerca da relação entre o desenvolvimento pleno na infância e o uso do espaço público. É necessário entender o papel do planejamento urbano nesse contexto e os principais desafios no enfrentamento ao modelo atual de produção da cidade. Nesse sentido, investigou-se as possíveis relações entre a formação integral dos indivíduos e o contato das crianças com a diversidade das ruas e os benefícios que esta interação pode trazer para ambos. O texto sugere que a cidade seja vista em todo seu potencial pedagógico, ao passo que busca fazer uma reflexão em relação ao que está sendo ensinado através dos nossos espaços públicos. Por fim, através da experiência inspiradora dos Bairros Escolas, é indicado um possível caminho de articulação das forças de uma comunidade para que se possa explorar de uma maneira mais integrada a formação de nossas crianças.

**PALAVRAS CHAVES:** crianças; espaço público; cidade educadora; pedagogia

## **ABSTRACT**

*Based on the prerogative that the child is a subject full of rights and choices, this text seeks to contribute to the reflection about the relationship between full development in childhood and the use of public space. It is necessary to understand the role of urban planning in this context and the main challenges in facing the current model of city production. Therefore, we investigated the possible relations between the integral formation of the individuals and the children's contact with the diversity of the streets and the benefits that this interaction can bring to both. The text suggests to see the city in all its pedagogical potential, while seeking to reflect on what is being taught through our public spaces. Finally, through the inspiring experience of the Neighborhood Schools, a possible path of articulation between the forces of a community is indicated so that the formation of our children can be explored in a more integrated way.*

## INTRODUÇÃO

Este texto surge de uma inquietação central: e se nossas cidades fossem verdadeiros territórios educadores que contribuíssem para a formação integral de seus cidadãos, num ciclo de aprendizado contínuo iniciado na primeira infância? Ainda em 1989, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, reconhece as crianças como sujeitos de direitos, que podem e devem expressar seus pensamentos em temas que lhes interessem, tendo suas opiniões consideradas nas agendas políticas, econômicas e educacionais de um país. Levando isso em consideração, porque ainda hoje suas vozes não são ouvidas no planejamento urbano? Por quem e para quem estão sendo projetadas nossas cidades? É essencial que os planejadores tenham a noção das fortes repercussões do ambiente urbano no desenvolvimento dos indivíduos, nas suas aspirações pessoais e sociais. O fato é que temos afastado nossas crianças dos espaços públicos, lugar de diversidade humana e trocas sociais por excelência. A vivência da complexidade que forma a cidade tem sido negada da nossa formação. Uma sociedade que preza por valores como democracia, diversidade e coexistência deveria celebrar seu espaço público e incentivar sua ocupação pelos mais diferentes grupos sociais, especialmente pelas suas crianças, independente de raça, gênero, classe social ou qualquer critério discriminatório.

Busca-se entender a perspectiva de desenvolvimento integral da criança, para além dos muros da escola e da educação formal, através do contato direto com a pluralidade que só o espaço público pode oferecer. Se a presença da criança no espaço público é extremamente benéfica para o seu desenvolvimento cognitivo, emocional e cultural, a sua presença também traz vida às ruas e pode ajudar a pautar um planejamento mais humano de nossas cidades. Propõe-se uma reflexão do papel dos planejadores e gestores a partir da mensagem que nossas cidades estão passando, enquanto lugares de ensino que são, ao passo que também tenta-se entender as intenções e consequências da retirada das crianças dos espaços públicos.

Imagem 01: Crianças participam de uma oficina de planejamento para a construção de equipamento público em São Paulo.



Fonte: <<http://primeirainfancia.org.br/criancaoespaco/eixos/participacao-infantil-na-cidade-o-que-e/>> Acesso em: 07 de fevereiro de 2019.

A partir das ideias desenvolvidas pelo sociólogo português Jaume Bonafé, este texto procura entender o potencial pedagógico dos espaços urbanos e quais mensagens eles têm transmitido, transpassando pela Carta das Cidades Educadoras, enquanto tentativa de sistematização de um rede de cidades comprometidas com a educação integral e contínua através do contato com a cidade. Expõe-se ainda a possibilidade oferecida pela experiência dos Bairros Escola, um projeto referência, desenvolvido pela Associação Cidade Aprendiz na Vila Madalena, que busca potencializar as forças de uma comunidade a partir da articulação de atores e o cuidado com o espaço público e sua ocupação. A partir de provocações e de estudo de caso, o texto busca incitar planejadores, educadores, gestores, pais e a sociedade em geral, e contribuir para o diálogo sobre a importância de se entender melhor a percepção da criança sobre a cidade para que se possa explorar todo o potencial educador dos espaços públicos.

## **1. A cidade enquanto expressão de uma sociedade**

O ODS 11, uma das metas instituídas pela ONU para o Desenvolvimento Sustentável, propõe o desafio de tornar as cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Segundo Park, a cidade é “a tentativa mais coerente e, em termos gerais, mais bem-sucedida de refazer o mundo em que

se vive, e de fazê-lo de acordo com seus mais profundos desejos. Porém, se a cidade é o mundo criado pelo homem, segue-se que também é o mundo em que ele está condenado a viver, assim, indiretamente e sem nenhuma consciência bem definida da natureza de sua tarefa, ao criar a cidade o homem recriou a si mesmo.” Cabe então refletir se os valores que temos priorizado na construção de nossas cidades são aqueles que queremos realmente perpetuar e passar para as próximas gerações. A cidade plural deve saber encontrar, preservar e apresentar sua identidade pessoal e complexa, nunca unitária, porém com um potencial agregador dos seus cidadãos. Deve ainda valorizar o encontro das diferentes culturas e arranjos sociais e familiares. Nessa perspectiva, o contato com a complexidade e riqueza do espaço público pode tornar nossa formação educacional mais integral, deixando mais claras as relações de interdependência entre os agentes que formam a cidade.

Se por um lado valoriza-se uma formação que abraça a diversidade e o intercâmbio cultural e social, porque nossas cidades têm segregado, e mais que isso, porque têm desincentivado a ocupação dos espaços públicos pela coletividade? Nesse mesmo caminho, porque temos tentado proteger nossas crianças retirando-as dos espaços públicos? Volta-se àquele velho ciclo vicioso, onde, por um lado, as pessoas deixam de usar a rua por medo, e por outro, as ruas se tornam lugares mais inseguros pela ausência de pessoas. É preciso entender que uma cidade segura para seus grupos de maior vulnerabilidade, como mulheres, idosos, população LGBT e crianças, será segura para todos. Uma rua ocupada por crianças é sinal de vida e segurança. Além disso, a rua é o primeiro espaço do fazer político. Entender a criança como agente de escolhas no mundo, dotada de direitos e voz ativa, é incentivar seu contato com o espaço público e suas diversas expressões culturais e meios informais de educar. Porém, para que os encontros e trocas possam acontecer, o planejamento da cidade precisa abraçar a visão das crianças, entendendo as peculiaridades de sua percepção espacial e estimulando a sua criatividade, entendendo que a cidade ensina. Se os espaços da cidade devem contemplar a percepção de mundo da criança, eles também podem contribuir para a formação de uma percepção espacial mais aguçada, desenvolvida já desde os estágios iniciais da vida.

## **2. O espaço público e o brincar**

Se a criança é então um sujeito social pleno, dotado de capacidade de ação e participação, é necessário que ela possa ocupar os espaços e pautar o planejamento do ambiente em que vive. Para isso, é necessário entender como funciona o desenvolvimento da percepção espacial nos primeiros anos, e só então deixar de criar espaços onde se “cuidam de crianças”, para criar espaços onde se possa simplesmente “ser criança”. Nossas cidades foram planejadas para funcionar

de maneiras bastante específicas e eficientes, sem muita margem para o exercício da criatividade e da ludicidade, porém, a percepção da criança vai sempre tender a dobrar isso. Essa percepção é radicalmente diferente entre crianças e adultos: as crianças são infinitamente mais vulneráveis à influência do ambiente ao seu redor e sua imaginação facilmente se mistura ao que se vê. Quando um adulto vê um objeto, ele já sabe o que vê, pois já o viu uma centena de vezes, o conceito já está formado em sua cabeça, e por isso mesmo, a percepção do adulto é bastante utilitária, enquanto a da criança é imaginativa e apreensiva. É saudável que os espaços coletivos sejam convidativos para o brincar, o criar e o ressignificar, dando à brincadeira o patamar de importância que ela deve ter na nossa sociedade. Filósofo francês radicado no Canadá, Pierre Lèvy acredita que, com o advento das novas tecnologias, o conhecimento deixa de ser matéria para se tornar uma rede de vasos comunicantes e interativos. Essa nova dinâmica reforça a importância de se aprender a “navegar” e não a “estocar” informações. A navegação como processo de aprendizagem rompe a linearidade, favorece a atitude exploratória e lúdica e torna o conhecer uma aventura prazerosa, marcada pela cooperação e pela inteligência coletiva.

Aqui também se encontra a possibilidade de repensar a escala da cidade, de nutrir um olhar para o micro, para as pequenas expressões da cidade, para o senso de vizinhança e as relações interpessoais. O olhar da criança tem muito a nos ensinar sobre descobrir, desvendar e reinterpretar a cidade a partir dos seus detalhes.

Imagem 02: Criança brincando em instalação urbana do grupo Basurama na Virada Cultural de 2013 em São Paulo.



Fonte: <<https://www.archdaily.com.br/01-118456/a-cidade-e-para-brincar-slash-basurama>> Acesso em 07 de Fevereiro de 2019.

## 2.2 Criança na rua, cidade segura

Ah, a Rua! Só falam de tirar as crianças da rua.  
Para sempre? Eu sonho com as ruas cheias delas.  
É perigosa, dizem: Violência, drogas... E nós adultos  
Quem nos livrará do perigo urbano?  
De quem eram as ruas? Da polícia e dos bandidos?  
Vejo por outro ângulo: Um dia devolver a rua às crianças  
Ou devolver as crianças às ruas;  
Ficariam, ambas, muito alegres.

Paulo Freire

O espaço público é potencialmente uma vasta fonte de possíveis experiências e descobertas espaciais, pois é complexo e difuso, como se fugisse da tentativa de ordem que buscamos para nossas cidades, é um território fértil para a imaginação humana. Se a criança precisa da cidade, como disse Paulo Freire, a cidade também precisa da criança. Estimulá-las a ocupar os espaços pode ajudar a tornar o planejamento urbano mais humano. Estimular o caminhar das crianças pode, por exemplo, estimular um tráfego mais lento, onde o carro não seja protagonista dos fluxos urbanos. Espaços seguros para as crianças, idosos, LGBT's e mulheres são espaços seguros para todos. A busca por uma sociedade mais inclusiva requer primeiramente que se dê as condições de apropriação do espaço pelos grupos mais vulneráveis. Além disso, o espaço público é onde podemos furar nossas bolhas sociais e culturais, onde a criança pode entrar em contato direto com o outro, o que é bastante saudável, já que nas primeiras fases do nosso desenvolvimento ainda não temos tantos preconceitos enraizados. Se a rua é o lugar de interseção entre a criação privada/familiar e a criação pública/social, a cidade deve ser inclusiva a todos os arranjos familiares, desde núcleos familiares formados por casais homoafetivos a famílias de mães solas.

## 2.3 A primeira infância

É essencial que esse contato da criança com o espaço público se dê ainda na primeira infância, fase que compreende os seis primeiros anos da vida de uma pessoa e que tem extrema importância no seu desenvolvimento mental, emocional, social e de aprendizagem, além disso, é fundamental para a construção da sua identidade e seu reconhecimento no espaço e na sociedade. O cérebro depende das experiências para se desenvolver, ele é como uma esponja, que absorve o que

está em volta. A cidade tem plena capacidade de exercer esse papel de promotora da experiências necessárias para o desenvolvimento integral. Um importante reconhecimento dessa fase no desenvolvimento dos indivíduos se deu com o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016), o qual traz relevantes avanços na proteção aos direitos das crianças brasileiras de até seis anos de idade, ao estabelecer princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas a meninos e meninas nessa faixa etária.

### **3. A cidade educa**

Em 1990, foi lançada a Carta das Cidades Educadoras, fruto do 1º Congresso de Cidades Educadoras, em Barcelona, que reúne os princípios essenciais de impulso ao potencial educador das cidades. É uma tentativa de criar-se uma rede global de cidades que promovam a troca de experiências e vivências locais para o desenvolvimento humano integral através da educação no seu conceito mais amplo, para além da escola formal. Na visão de uma educação integral busca-se o desenvolvimento do indivíduo em seus múltiplos aspectos: intelectual/cognitivo, emocional/afetivo, físico/motor, social/relacional e simbólico/cultural. A carta é um manifesto pela construção de relações mais democráticas, conscientes da interdependência entre todos e que ajudem a entender o significado de liberdade e responsabilidade, respeitando igualmente diferentes indivíduos, diferentes origens, gostos, ritmos e fases da vida.

Na Espanha da década de 70, em meio às cinzas de 30 anos de ditadura Franquista, um movimento de educadores começou a elaborar novas narrativas e literaturas para o que seria uma educação e uma escola preocupadas com a construção da democracia e de uma sociedade transformadora, tratava-se do movimento que ficou conhecido como Renovação Pedagógica. Um de seus fundadores, o professor do Departamento de Didática e Organização Escolar na Faculdade de Filosofia da Universidade de Valência Jaume Bonafé, foi o responsável por aprofundar a reflexão sobre a relação entre cidade e educação, propondo a noção da cidade como um texto que deve ser lido, interpretado e transformado pelos cidadãos. Segundo Bonafé, a cidade deve ser explorada enquanto currículo, já que há milhares de situações construindo significados constantemente. Para ele, a cidade junto aos meios de comunicação são elementos que estão nos moldando como sujeitos, portanto, são currículo e devem ser estudados como tal. O professor ainda faz uma provocação: quem está escrevendo o texto das cidades? E comenta: “Minha hipótese é que hoje o texto da cidade é a pedagogia do capitalismo, mas há também outras linguagens, outros significados, outras práticas sociais que têm a ver com os movimentos sociais e com um currículo contra-hegemônico”. De fato, os gestores políticos e os urbanistas não têm se preocupado com a leitura da cidade, sobretudo com a sua leitura a partir do olhar da



criança. É preciso entender que os processos de transformação que uma cidade se propõe a fazer são pedagógicos e o espaço urbano precisa assumir esse protagonismo através do planejamento. A cidade ensina, de um jeito ou de outro. Por exemplo, quando uma cidade diz que é necessário um tráfego rápido de automóveis, ela está dizendo que vivemos em um mundo apressado e que somos um tanto insignificantes perto dos carros, já que os semáforos são todos pensados para eles. Há um didatismo nesse desenho urbano. É preciso trocar a mensagem que está sendo passada e os planejadores urbanos tem uma grande responsabilidade social nisso.

Se por um lado nossas cidades estão passando mensagens que de alguma maneira não contribuem para o desenvolvimento de uma sociedade mais democrática, existe também uma espécie de força contraditória inerente aos espaços públicos que esborra pluralidade, encontros e trocas culturais. Nesse sentido, entende-se mais uma vez a via de mão-dupla, na qual a presença das pessoas, e especialmente das crianças, no espaço público, contribui para a promoção de um urbanismo mais humano, mais focado nas pessoas. É necessário ocupar as ruas já, afinal, sempre nos resta a chance de reinterpretar e ressignificar os textos urbanos.

### **3.2 A experiência dos bairros escola: uma possibilidade**

Acreditando nos processos de ressignificação dos espaços públicos, em 1997, a Associação Cidade Escola Aprendiz idealizou o Bairro Escola, uma experiência inovadora que buscou criar, no bairro da Vila Madalena, em São Paulo, uma plataforma de aprendizagem compartilhada que articula escolas, comunidades, organizações sociais, empresas e poder público. O projeto visou promover condições para o desenvolvimento integral de indivíduos e territórios, com especial atenção às crianças. Entre os princípios adotados na implementação do projeto está a aposta nas riquezas comunitárias e o fortalecimento do que já existe, com o auxílio de um trabalho permanente de mapeamento e investigação. Uma das grandes sacadas da iniciativa foi entender a educação como um esforço coletivo, que se dá por meio da gestão de parcerias, envolvendo diversos atores sociais, sendo assim capazes de administrar as potencialidades educativas de uma comunidade. Um aspecto importante de ser destacado é a escala em que se deu o projeto, a escala do bairro. O bairro é uma escala menor, capaz de ser mais facilmente integrado e de se fortalecer a ideia de pertencimento e identidade. Além disso, é compatível com a escala humana e do pedestre, sendo passível de ser percorrido a pé. Segundo a própria Cidade Escola Aprendiz, é necessário identificar um foco geográfico delimitado e revitalizar constantemente o seu espaço público.

Um dos inspiradores do projeto, o brasileiro Anísio Teixeira idealizou a Escola Parque, com o propósito de que as instituições educacionais deixassem de ser lugar somente de iniciação intelectual, para estimular o pensar, o fazer, o trabalhar, o

conviver e o participar. A educação comunitária, uma das estratégias do bairro escola, apropria-se desse pensamento e busca permitir que o processo formativo incida sobre o universo cognitivo, assim como sobre os valores, habilidades e atitudes dos alunos. Anísio acreditava que a educação precisava ser regionalizada, de maneira que sua gestão e seus programas respeitassem e considerassem as características e especificidades locais. É o que atualmente chamamos de “agir local, pensar global”. Profundamente impregnada por esses ideais, a educação comunitária busca utilizar todos os ensinamentos disponíveis na comunidade como ponto de partida para conectar as pessoas com as mais diversas teias do conhecimento humano.

A experiência do Bairro Escola da Vila Madalena foi reconhecida como uma tecnologia social pela Unicef, sendo replicado em vários outros territórios. O compartilhamento da experiência se deu através da formação e capacitação de educadores comunitários, que pudessem mapear os ativos, mobilizar as parcerias e construir as trilhas educativas em seus próprios bairros, através de articulação com o poder público, a iniciativa privada e a comunidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As cidades são organismos extremamente complexos e os espaços públicos são a maior expressão de sua pluralidade. É necessário reconhecer que as cidades brasileiras, em geral, não têm explorado o potencial dessa diversidade na formação de seus cidadãos, enquanto seres políticos e culturais. Não temos entendido a intensidade da influência que o meio urbano e os espaços podem ter sobre nós e especialmente sobre nossas crianças. É preciso compreender que a cidade sempre passa uma mensagem. Se é assim, cabe-nos pensar que mensagem nós realmente queremos transmitir enquanto sociedade e o planejamento urbano é um dos principais meios de se inverter a lógica capitalista hegemônica de produção de espaço. Nesse sentido, se torna uma atitude extremamente subversiva pensar a cidade através do olhar da criança. Repensar escalas, ressignificar símbolos e desacelerar ritmos se mostram como possíveis estratégias para a humanização de espaços urbanos, a partir do entendimento da percepção das crianças sobre o meio em que vivem. Incorporar este entendimento sem dúvida se põe como um grande desafio aos planejadores e gestores, já que a lógica de produção do espaço direciona para a eficiência e a praticidade. Porém, é possível acreditar na perspectiva de um ponto de inflexão cada vez mais nítido no horizonte. Movimentos urbanos, grupos civis organizados e parte dos pensadores das questões urbanas têm cada vez mais levantado a bandeira da cidade para as pessoas e da ocupação de seus espaços. Por sua vez, a ocupação dos espaços públicos de uma cidade, é um fator fundamental para o desenvolvimento de uma infância que abrace a

diversidade e que se forme a partir da troca. Nesse sentido, bons exemplos de experiências locais e movimentos globais, como os explanados neste artigo, podem nos ajudar a continuar construindo o diálogo em torno da importância de se valorizar a relação da criança com a rua.

## **REFERÊNCIAS**

MARTÍNEZ BONAFÉ, J. **Renovación pedagógica y emancipación profesional**. Valencia: Universitat, D.L. 1989.

PARK, R. **On Social Control and Collective Behavior**. Chicago, 1967.

**Carta das Cidades Educadoras**. Disponível em: <[http://www.ben.es/edcities/espanyol/séc\\_charter.html](http://www.ben.es/edcities/espanyol/séc_charter.html)> Acesso em: 20 de janeiro de 2019.

**Convenção sobre os direitos das crianças**. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10120.html](https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.html)> Acesso em: 07 de fevereiro de 2019.